



O Banco Europeu de Investimento em África, nas Caraíbas e no Pacífico Estratégia operacional 2016-2018

O BEI está empenhado em apoiar as políticas de desenvolvimento da União Europeia no exterior do seu território. Ao abrigo do Acordo de Cotonu, as prioridades do BEI para a África Subariana, as Caraíbas e o Pacífico (ACP) são estabelecidas em consonância com a Agenda da UE para a Mudança. Para alcançar tais objetivos, o BEI recorre a três fontes de financiamento: a Facilidade de Investimento ACP, o Pacote de Financiamento de Elevado Impacto ACP (PFEI) e os seus próprios recursos.



Prioridades para a região ACP

As condições existentes nos países ACP revelam que, apesar do seu elevado potencial e desenvolvimento contínuo, serão necessários esforços adicionais em termos de redução da pobreza e crescimento inclusivo. O setor privado é um dos motores essenciais deste crescimento, que se traduz na criação de emprego, no aumento dos rendimentos e na sofisticação da economia. Serão estas as condições que, a longo prazo, garantirão a estabilidade política e o desenvolvimento social sustentável das regiões.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio proporcionam um quadro para a abordagem dos grandes desafios que se colocam ao mundo na atualidade. E essa abordagem é abrangente. O BEI estabeleceu prioridades setoriais e dispõe de instrumentos financeiros capazes de responder a estes desafios e de contribuir para alcançar os objetivos, além de garantir um impacto efetivo para os seus investimentos.

Neste contexto, o BEI comprometeu-se a aumentar, de 25 % para 35 % até ao ano 2020, a proporção de ações a favor do clima no financiamento global concedido no exterior da União Europeia. Dado o impacto que este aumento terá na sua estratégia, o BEI está a constituir uma reserva de projetos para alcançar estes objetivos. Os projetos incluem medidas de atenuação das alterações climáticas e de adaptação aos seus efeitos e podem visar programas de grande escala no domínio das energias renováveis e da distribuição de eletricidade ou investimentos de capital em instalações regionais de menor dimensão. Contemplam ainda projetos de reforço da resistência de infraestruturas essenciais em setores que vão desde as redes rodoviárias e a aviação às telecomunicações, água e saneamento, passando ainda pela agricultura.

Desenvolvimento do setor privado local



Melhoria do acesso ao financiamento, em especial para as PME e as microempresas



Desenvolvimento das infraestruturas socioeconómicas



Resposta às carências de **infraestruturas estratégicas** em setores como a energia, os transportes, a água, o desenvolvimento urbano, a educação e a saúde



Atenuação das alterações climáticas e adaptação aos seus efeitos



Ação a favor do clima centrada nas energias renováveis, na eficiência energética, nos transportes sustentáveis, na utilização sustentável dos recursos naturais e na resistência às alterações climáticas



Integração regional



Um **objetivo transversal**: reforçar as ligações dos países parceiros entre si e com a UE





Recursos financeiros para os ACP

Indicam-se seguidamente os recursos financeiros a investir em projetos nas regiões ACP e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTU). Ainda que não se trate de princípios rígidos, o fundo autorrenovável da Facilidade de Investimento ACP, cuja gestão é assegurada pelo BEI sob mandato dos Estados-Membros da União Europeia, é utilizado em primeira linha para apoiar o desenvolvimento do setor privado. O fundo concede empréstimos ao setor financeiro para melhorar o acesso ao financiamento para as PME e viabilizar operações de maior envergadura com empresas, parcerias público-privadas e iniciativas de financiamento de projetos.

De modo complementar, o financiamento a cargo de recursos próprios do BEI destina-se a viabilizar a concretização de infraestruturas, especialmente projetos com uma componente de integração regional. São estes os pré-requisitos para o desenvolvimento do setor privado, que beneficia de dois

terços do financiamento total concedido pelo BEI. Grande parte deste financiamento é denominado em moeda local e destina-se a micro, pequenas e médias empresas, que são os motores da economia no presente e serão os veículos da prosperidade sustentável e da estabilidade no futuro.

O desenvolvimento regional fomenta o progresso harmonioso e maximiza os intercâmbios e as oportunidades para todos. O Pacote de Financiamento de Elevado Impacto, vocacionado para projetos de alto risco, capazes de proporcionar maiores benefícios, visa especificamente os jovens, as populações rurais e as mulheres. Vai muito para além dos tipos de operações tradicionais. Com a utilização deste instrumento, o BEI pode ter um impacto mais amplo e profundo, facultando o acesso ao financiamento e ao investimento produtivo a organizações da sociedade civil e a populações de áreas remotas ou afetadas por conflitos e deslocações forçadas.

Fundo Europeu de Desenvolvimento – FED
(Recursos orçamentais dos Estados-Membros da UE)

Recursos próprios
do BEI

Fundo autorrenovável da Facilidade de Investimento (FI)

- ⇒ Empréstimos júnior ou subordinados
- ⇒ Financiamento sob a forma de quase-capital
- ⇒ Financiamento sob a forma de capital
- ⇒ Garantias

Moedas locais

Dotação total de capital ao abrigo dos 9.º, 10.º e 11.º FED

- ⇒ ACP: 3 637 milhões de EUR¹
- ⇒ PTU: 48,5 milhões de EUR

- ⇒ Bonificações de juros
- ⇒ Assistência técnica²

- ⇒ Empréstimos sénior³
- ⇒ Empréstimos intermediados³
- ⇒ *Moedas amplamente transacionadas*

Montantes disponibilizados no âmbito do 11.º FED 2014-2020

- ⇒ ACP: 634 milhões de EUR
- ⇒ PTU: 5 milhões de EUR
- ⇒ ACP até 2 500 milhões de EUR
- ⇒ PTU até 100 milhões de EUR

¹ Incluindo 500 milhões de EUR do pacote de «financiamento de elevado impacto»

² Até ao máximo de 15 % da dotação global para bonificação de juros

³ Instrumentos também disponíveis ao abrigo da FI



As ambições do BEI para 2016-2018

O BEI atua em estreita colaboração com as instituições congéneres europeias, a Comissão Europeia e o Serviço Europeu de Ação Externa. O Banco está comprometido em apoiar os objetivos políticos da UE no exterior do seu território.

Ainda que as prioridades gerais se mantenham inalteradas desde há algum tempo, o BEI está empenhado em diversificar a sua atuação – não só no que respeita à gama de instrumentos financeiros de que dispõe, mas também aos projetos e países que apoia.

Se tivermos em atenção os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, podemos identificar algumas áreas específicas em que o BEI pode dar um contributo direto ao longo da próxima década e meia. Estes objetivos estão já a inspirar a atuação do Banco no cumprimento de todos os seus mandatos. As regiões e os territórios abrangidos pelo Mandato de Cotonu não são exceção a esta realidade.



O BEI subscreve todos os 17 objetivos. Alguns podem contar com o apoio direto do Banco; outros são concretizados através de uma abordagem conjunta, envolvendo todos os interessados.



Mudar as formas de atuação

O Banco está a procurar diversificar a sua carteira de projetos, o que significa não apenas alargar a atividade a novos setores, mas também recentrá-la naqueles em que já está presente. A agricultura e a agroindústria constituem bons exemplos disso. O BEI detém o conhecimento setorial, mas procura aumentar os investimentos, dado o enorme peso da agricultura em termos de emprego nas regiões ACP, sendo certo que a segurança alimentar é um problema que se agrava e carece de respostas.

O Banco está a aumentar os esforços para realizar operações nos países mais fragilizados, nomeadamente os que emergem de conflitos e os que foram afetados pela epidemia do Ébola. O BEI investiu no Fundo de Investimento para a Saúde em África II, que proporciona investimento de capital e quase-capital a empresas privadas de cuidados de saúde, seguros de saúde e similares.

O Banco manteve o seu apoio ao AccessBank Liberia e assinou um novo empréstimo para modernizar o principal aeroporto do país, além de financiar também o projeto de interconexão elétrica da OMTG (Organização para a Valorização do Rio Gâmbia) na Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau e no Senegal.

Estes países são os mais carenciados em termos de investimento. Ciente deste facto, o BEI está a aplicar medidas cada vez mais flexíveis para garantir que

não ficam economicamente paralisados pelas crises que enfrentaram.

A migração é um desafio crescente, e o Banco assume como prioridade a resolução das causas profundas deste problema. Neste sentido, o BEI mantém a ajuda ao desenvolvimento do setor privado, criando, por essa via, empregos diretos e indiretos nas áreas centrais de atuação e assegurando que os projetos de infraestruturas tenham especialmente em conta o critério de pobreza. O Pacote de Financiamento de Elevado Impacto permite ao BEI assumir maiores riscos para conseguir maiores impactos. A abordagem regional do Banco procura beneficiar um conjunto mais diversificado de localizações.

O BEI utiliza o Quadro de Medição de Resultados (REM) para avaliar o impacto potencial de cada projeto antes do seu arranque e para monitorizar os resultados efetivamente alcançados com a sua realização. Este processo de avaliação está a ser aplicado desde 2012 e foi ampliado com o ReM+ e o ReM TA, dotados de parâmetros próprios, especificamente concebidos para avaliar os impactos no terreno dos investimentos do PFEI e os benefícios decorrentes dos programas de assistência técnica. O Banco está também a desenvolver indicadores para medir o impacto na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Colaboração com os parceiros

O Banco mantém um relacionamento sólido com as instituições congéneras europeias e faz parte do grupo de bancos multilaterais de desenvolvimento, mas também tem vindo a estabelecer novas parcerias à medida que diversifica as suas operações. Continuará a trabalhar com outros parceiros financeiros, entre os quais o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco de Desenvolvimento das Caraíbas, no sentido de desenvolver mecanismos de financiamento inovadores. O BEI está a alargar as suas parcerias formais, nomeadamente através de ligações a agências das Nações Unidas, incluindo a FAO, o FIDA, a UNIDO e o UNOPS. Associou-se também ao KfW e à AFD para formar a Iniciativa de

Delegação Recíproca, um sistema que permite a uma instituição assumir as funções de financiador principal e harmonizar processos ao longo do ciclo do projeto mediante a aplicação das suas próprias práticas, em benefício de todos os cofinanciadores.

Estas parcerias constituem uma boa forma de explorar novas soluções de investimento em domínios como a industrialização sustentável, o apoio às cadeias de valor na agricultura e a segurança alimentar. Em certos casos, incluem uma componente de assistência técnica, noutros podem integrar um elemento de cofinanciamento.





Impacto real

O BEI está determinado a fazer mais e a dar mais a cada projeto, nomeadamente ao longo de todo o ciclo de vida dos projetos e em qualquer tipo de projeto em que venha a investir. Como instituição europeia, o BEI está excelentemente posicionado para conjugar as subvenções da UE com os empréstimos que concede, tendo por objetivo captar mais investimentos e garantir a sustentabilidade financeira dos projetos. O Banco pode também acrescentar componentes de assistência técnica essenciais à preparação e à execução dos projetos. Um modelo que se aplica a qualquer projeto, a todos os setores e sempre que necessário. As bonificações de juros, por seu turno, podem fazer a diferença na sustentabilidade financeira de um projeto. As subvenções podem, em alternativa, ser disponibilizadas para apoiar a obtenção de benefícios sociais ou ambientais especialmente importantes.

O aumento da capacidade e da sofisticação dos setores financeiros, bem como a integração das empresas informais na economia formal através da inclusão financeira são um elemento fundamental do desenvolvimento do setor privado. A assistência técnica também assume um papel importante neste contexto, na medida em que introduz as melhores práticas nas instituições financeiras parceiras, que por sua vez transmitem competências profissionais às empresas às quais re-emprestam os fundos.

O BEI está a aumentar o seu impacto no terreno e a reforçar a sua presença local nas regiões ACP com a abertura de novos gabinetes em laundé, nos Camarões e em Abidjã, na Costa do Marfim. Estes juntam-se ao recém-inaugurado gabinete em Adis Abeba, na Etiópia, a que se seguirão os gabinetes de representação de Barbados e Papua-Nova Guiné.





Sobre o BEI

O BEI é o banco da União Europeia e tem por acionistas os seus 28 Estados-Membros. Num ano típico, o Banco investe cerca de 77 000 milhões de EUR em mais de 400 projetos sólidos de elevada qualidade. As operações do BEI na África Subsariana, nas Caraíbas e no Pacífico e nos Países e Territórios Ultramarinos são realizadas ao abrigo do Acordo de Cotonu e da Decisão de Associação Ultramarina.

Banco Europeu de Investimento
98-100, boulevard Konrad Adenauer
L-2950 Luxembourg
☎ +352 4379-1
☎ +352 437704
www.bei.org/acp

Balcão de Informação
☎ +352 4379-22000
☎ +352 4379-62000
✉ info@bei.org

 [EIBtheEUbank](https://twitter.com/EIBtheEUbank)

 facebook.com/EuropeanInvestmentBank

 youtube.com/EIBtheEUbank